



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

**Secção/Área Temática:**

**Territórios: Cidades e Campos**

**A construção social de um subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas privadas, entre a produção e a apropriação**

**BARBIO, Leda.** CICS-Nova - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da

UNL, [leda.costa.barbio@gmail.com](mailto:leda.costa.barbio@gmail.com)

**Resumo**

Os “subúrbios problemáticos” são bons analisadores de modos de construção de problemas sociais e de modos de produzir e gerir recursos individuais e coletivos, na perspetiva da definição de políticas públicas e da intervenção. Tomámos como unidade de análise um bairro social da Área Metropolitana de Lisboa que é representado socialmente como um subúrbio sensível, sendo, institucionalmente, definido como alvo prioritário de políticas públicas. O objetivo central desta pesquisa foi distinguir os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta produção e os modos de apropriação do bairro pelos habitantes. Interessou-nos, simultaneamente, compreender como se faz a mediação entre estes dois grandes vetores, como se articulam e influenciam (mais ou menos) entre si. Tendo recorrido ao método indutivo e de descoberta, pondo em prática uma etnografia reflexiva, direccionámos a pesquisa, no nível socio antropológico, para o estudo das dinâmicas dos jovens do subúrbio, que aqui retratamos.

Palavras-chave: Subúrbio; Área Metropolitana de Lisboa; Políticas Públicas; Identidade(s)



## Introdução

A investigação<sup>1</sup> que originou o presente artigo teve como principais objetivos estudar a dinâmica de construção dos subúrbios socialmente vistos como problemáticos, em que a nossa principal preocupação era apreender tanto as dinâmicas de *produção* dos mesmos como as da sua *apropriação*.

Tomámos como unidade de análise um bairro social da Área Metropolitana de Lisboa, o Bairro Amarelo, integrante do Plano Integrado de Almada, que é representado socialmente como um subúrbio sensível, sendo, institucionalmente, definido como alvo prioritário de políticas públicas. Procurámos perceber como este bairro foi sendo definido a partir tanto dos níveis mais macrossociais – a partir da sua construção física, da forma como foi e é pensado institucionalmente, enquanto alvo de políticas públicas e de intervenção estatal ou privada– como daqueles mais microssociais, em que tentámos compreender como é percebido e vivido o subúrbio pelos seus habitantes. Estudar estes dois níveis não poderia ser feito sem compreender como se articulam estes dois grandes vetores, isto é, identificar os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta *produção* e os modos de *apropriação* do bairro pelos habitantes, o que nos remeteu para o nível meso, da mediação, nomeadamente da mediação institucional.

A nível metodológico recorreremos ao método indutivo e de descoberta, no qual as várias fases de pesquisa, e a própria definição dos momentos, atores e práticas a observar, foram sendo decididas em função das solicitações do terreno. Para apreendermos as práticas, definições e representações institucionais do subúrbio recorreremos essencialmente à pesquisa documental, juntamente com algumas entrevistas informais com técnicos da Câmara Municipal de Almada e de associações locais, enquanto para captarmos os sentidos e as vivências dos atores (habitantes) recorreremos a uma abordagem mais compreensiva, especificamente a abordagem etnográfica (pela observação participante) e, simultaneamente, à realização de entrevistas em profundidade, que nos permitiram captar os sentidos subjetivos dos atores e reconstituir, sociologicamente, os seus “mundos culturais”. Tendo em vista os objetivos atrás descritos, decidimos, neste estudo, seguir uma dinâmica de pesquisa que converge, acreditamos, com a própria dinâmica de construção social do subúrbio. Isto é, propusemo-nos circular entre o plano socio-histórico e institucional e o plano individual/comunitário, de forma a podermos apreender todas as dimensões que estão envolvidas no processo de produção e de apropriação do subúrbio enquanto unidade de análise significativa.

## **Enquadramento teórico**

### Plano Socio-Histórico

Querendo nós, com este trabalho, perceber como funcionam os subúrbios como formas urbanas específicas procurámos, num primeiro momento, perceber como nascem estas formas sociais. Assim, apoiámo-nos os conceitos de “urbanização”, “metropolização”, “suburbanização”, de “construção política do espaço” de “segregação sócio espacial” (Balsa, 2006; Stébé, 1999; Preteceille, 2003) que nos permitiram perspetivar o processo de construção da metrópole de Lisboa e, conseqüentemente, dos seus subúrbios.

Partimos do pressuposto de que “o espaço que nos é dado é portanto totalmente o contrário de uma superfície neutra” (Grafmeyer, 1995) e que as configurações urbanas são produto e, simultaneamente - porque os reforçam – coprodutores dos modelos culturais que lhes estão associados e que fazem com que determinados espaços sejam mais valorizados que outros.

Assim, não poderíamos enquadrar o nosso objeto de estudo sem dedicar especial atenção às teorizações que tratam do fenómeno da segregação socioespacial e da construção política do espaço. Esta problemática tem sido tratada, na maioria da literatura sociológica, numa perspetiva muito funcionalista, caracterizando-se estes espaços e estes atores sociais por aquilo que lhes falta, por aquilo que não são, e não de uma forma “positiva”, definindo-os pelos vetores e elementos que os singularizam como entidades em si, pelas suas representações, vivências e estratégias de vida.

O intuito desta investigação era, então, de tentar pensar o “subúrbio problemático” numa perspetiva positiva, como uma construção por parte dos atores que o compõem e não como o polo negativo da “sociedade”, do modelo dominante, daquilo que “se deve ser”, da norma. Foi com essa intenção que recorremos à teorização de Jean Remy e Liliane Voyé (1994), nomeadamente à sua análise das “lógicas de apropriação” e “lógicas de produção” do espaço. Pretendíamos, em suma, perceber se, a uma categorização externa destes espaços urbanos como entidades que valem por si mesmas, correspondem *quadros de interação* significativos para os seus habitantes, na perspetiva de Firmino da Costa (1999).

Observámos que se deu na Área Metropolitana de Lisboa uma “construção política do espaço” favorecida pela política da habitação e que favoreceu a construção de grupos homogêneos com base espacial. O espaço que estudámos entra, como vimos, na

categoria de “subúrbio problemático”, categoria esta que consta da agenda de problemas sociais para os quais a União Europeia tem um “menu” de soluções. Este “menu” (isto é, programas sociais pensados para dar resposta aos problemas “típicos” destes espaços) é apresentado aos parceiros sociais (associações, ONG’s, poder local) que escolhem qual ou quais as soluções/remédios que melhor se aplicam à sua população/espaço. Assim, mediante concursos a projetos europeus (na sua grande maioria), estes parceiros ganham fundos para a implementação das tais soluções. É o que acontece com o Projeto Geração Cool (do Programa Escolhas) que tivemos a oportunidade de observar durante alguns meses da pesquisa e que constitui um dos importantes pontos de partida para os resultados apresentados neste artigo. Veremos que esta ação é, na prática, muito complexa, havendo uma mediação constante entre os objetivos a que as associações se propõem e as práticas do dia-a-dia.

Temos, então, a territorialização da ação (Duran e Thoenig, 2005) em prática neste território: tal como a constituição das políticas sociais em si, baseadas num modelo flexível, sem diretrizes definidas e sem uma ideologia sociopolítica orientadora, apercebemo-nos que também os programas de ação concretos são, atualmente, ao nível das Políticas Públicas, muito vagos (ex.: formação, empreendedorismo), com balizas para a ação pouco claras e uma grande indefinição das políticas.

Ficou claro, a partir dos primeiros momentos da investigação documental, que este era um território não apenas visível e estigmatizado pela comunicação social e pelos urbanistas que o reconhecem como problemático, mas que era um espaço significativo também a nível das instituições oficiais. Com efeito, este é um espaço urbano que desde o seu “nascimento” foi uma criação das políticas públicas (pelo Fundo de Fomento da Habitação) e tem sido, sempre, alvo de intervenção pública aos mais variados níveis (desde as políticas de habitação aos programas de apoio social e de intervenção com a juventude). Assim, não poderíamos deixar de dedicar uma parte importante deste trabalho à análise das políticas públicas, e especificamente às Políticas de Habitação em Portugal, sendo que estas foram a base da produção deste espaço.

Deste modo, começámos por sentir a necessidade de problematizar a própria dinâmica de produção e apropriação das políticas públicas, aspeto que viria a ser central para o trabalho de campo efetuado. Fizemo-lo recorrendo à problematização acerca da “temporalidade das políticas sociais” feita por Balsa, o que nos conduziu à necessidade de compreender a mudança radical que sofreram as políticas públicas nas últimas décadas e que tem efeitos manifestos no nosso campo de análise.

Assim, observámos o efeito que teve na gestão deste espaço a evolução das políticas públicas e o atual contexto que se caracteriza por uma ação estatal reguladora e poética e pela Gestão Pública Territorial num “contexto de in-quietude”, de acordo com Soulet (citado em Balsa, 2006, p.27).

### Plano Socioinstitucional

No plano socio antropológico (que desenvolveremos a seguir) procurámos, através do estudo das representações, discursos, mobilização de recursos e construção de estratégias identitárias dos jovens estudados, perceber como é que estes itinerários individuais se enquadram nas dinâmicas macroestruturais. Verificámos, contudo, ao longo do processo de pesquisa, que a ligação entre estes dois níveis não é automática e se realiza grandemente em torno de um terceiro nível, um nível de mediação: o plano socioinstitucional.

Considerando a aproximação teórica à questão da construção identitária temos, de facto, na “arena pública”, um “polo instituído” que produz “totalizações institucionais” e um “polo organizado” que produz “totalizações existenciais” (Oriol, 2004 citado em Balsa, 2014). Entre os dois polos, a correspondência não é imediata devido à distância estrutural que os separa, pelo que existe a necessidade de instâncias que desempenhem a função de mediação.

Temos, assim, “totalizações institucionais” produzidas pelo nível socio-histórico (produção de recursos coletivos, de iniciativa exterior aos indivíduos), por um lado, e “totalizações existenciais” encetadas ao nível socio-antropológico (produção de recursos individuais a nível individual e familiar). Entre estes dois polos tão distantes atuam os “dispositivos de mobilização e organização dos investimentos” (Balsa, 2014) ou “espaços de enunciação” (Ball; Maguire; McCrae, 2000, p.149, citado em Silva, 2010, p. 81), “pedaços” (Magnani, 2003), “situações” (Agier, 1996), “cool places” (Skelton e Valentine, 1998) conforme o autor e a perspetiva teórica que tivermos em consideração.

Verificámos que no bairro estudado existe uma multiplicidade de associações, instituições e grupos de pares que desempenham essa função de mediação. Os indivíduos e as comunidades apropriam-se destes marcadores identitários produzidos oficialmente e têm que, a partir deles ou não, definir os seus próprios sentidos, as suas “totalizações existenciais”. Foram estas escolhas (ou não escolhas) dos indivíduos (jovens, neste caso) que procurámos captar na terceira parte deste estudo, onde entramos no plano socio antropológico, na vertente da apropriação.

### Plano Socio Antropológico

Neste nível, a evolução da pesquisa e a definição das áreas de estudo mais relevantes fez-se muito em torno do que emergia do terreno. Ora, os dados que emergiam do terreno apontavam-nos sempre na direção da questão da construção identitária, pelo que para a análise dos mesmos recorreremos a uma série de autores que nos permitiam pensar esta problemática.

Assim, socorremo-nos essencialmente da abordagem de três autores nesta área - Michel Agier (2001), Firmino da Costa (2002) e Guy Bajoit (2006) - cujas teorizações em torno do complexo processo de construção identitária nos ajudaram sobremaneira a interpretar e analisar os dados recolhidos.

Foi ainda uma ajuda preciosa a teorização de Canclini (1995), Madeira (2010) e Giddens (1997) para a interpretação da volatilidade e hibridismo que marca os processos identitários na atualidade e que foi muito perceptível nos jovens estudados.

Procurámos, então, nesta terceira parte do estudo, compreender as lógicas de apropriação juvenis - instituições sociais, modos de vida e processos de construção identitária – indagando como é que este espaço – visto como símbolo de “problemas sociais” pela sociedade – é visto do interior. Face a uma imagem homogeneizante que vem do “olhar de fora”, quisemos perceber se o espaço se constituía, ou não, como espaço significativo para os seus habitantes, ou seja, se se configurava como realidade significativa na definição das suas vidas quotidianas, das suas representações sociais e nas suas relações e interações sociais. Pretendemos, em suma, entender se, a uma categorização externa deste espaço urbano como entidade que vale por si mesma, correspondiam quadros de interação, na perspetiva de Firmino da Costa (1999), significativos para os seus habitantes.

### **Modelo de Análise**

Tal como abordámos anteriormente, o modelo de análise do subúrbio aqui em estudo assenta três grandes dimensões:

- A primeira corresponde ao plano socio-histórico ou institucional e diz respeito ao modo de produção do subúrbio (numa lógica mais estrutural), em que se analisaram as dinâmicas urbanas; os processos de segregação (em que o caso do Bairro Amarelo – inserido no contexto do Plano Integrado de Almada – é um caso paradigmático da planificação dos subúrbios pelo Estado, processo este que, em

geral, foi muito incipiente em Portugal). Este é, portanto, um caso exemplificador da “construção política do espaço” de que fala Bourdieu e que vimos acima.

- A segunda refere-se ao plano socioinstitucional onde procurámos lançar mão dos recursos teóricos e metodológicos que nos permitiam compreender como se dá, na vida concreta dos indivíduos, a ligação entre os mecanismos estruturais que conformam as suas vidas e a apropriação que fazem deles, modelando as suas identidades.
- A terceira diz respeito ao plano socio antropológico, que é o nível das representações, dos recursos e estratégias desenvolvidas pelos atores. Procurámos neste nível e depois de uma contextualização dos processos macrossociais, mostrar as sensibilidades, as leituras e interpretações, os “modelos culturais” dos verdadeiros protagonistas destes processos.

### **Plano de Investigação**

A investigação foi então conduzida em três escalas, sendo que o caminho percorrido foi inicialmente do nível macro para o nível micro. A partir de determinada altura, contudo, e em virtude das solicitações do próprio terreno, houve uma deambulação entre as três escalas de análise. De realçar, ainda, que a análise da escala meso e micro foi simultânea e em grande parte através da mesma estratégia de pesquisa já que a mediação (tanto formal como informal) e a ação dos indivíduos não decorre separadamente.

Na primeira fase, que correspondeu à análise macro, procurámos compreender como se deu o processo de construção do espaço, isto é, descobrir os sentidos públicos deste espaço. Para esse desiderato procedemos ao estudo do processo de metropolização da Área Metropolitana de Lisboa; ao estudo das políticas públicas, nomeadamente da habitação; à análise da construção sociopolítica do subúrbio estudado e à caracterização da sua população, para o que recorremos essencialmente à pesquisa documental e às entrevistas informais com técnicos da Câmara Municipal de Almada e de instituições sociais que trabalham no bairro.

Nesta primeira escala analisámos e estudámos o Plano Integrado de Almada, porque percebemos que seria muito pouco profícuo tentar compreender as dinâmicas (tanto públicas como privadas) do Bairro Amarelo, sem o enquadrar no tecido socio urbanístico que o envolve.

Na segunda fase, de análise meso em que “descemos” ao terreno, procurámos detetar quais eram os agentes de mediação importantes no bairro, nomeadamente junto dos jovens do mesmo. Para isso, procedemos à análise das dinâmicas de uma instituição local – Espaço Jovem – sede do Projeto Geração Cool<sup>2</sup> – assim como das dinâmicas juvenis nas ruas do bairro.

Nesta segunda escala fomos progressivamente escolhendo os locais semipúblicos – “pedaços” (Magnani, 2003); “situações” (Agier, 1996) - em que se podiam apreender os modos de vida dos jovens. Um desses “pedaços”, que assumiu muita importância no decorrer da investigação, pela sua relevância para a construção identitária e enformação das rotinas e solidariedades dos jovens, foram as associações de apoio social. Destas, escolhemos o Espaço Jovem, onde decorria o Projeto Geração Cool do Programa Escolhas, por duas ordens de razão. Em primeiro lugar porque é o espaço semipúblico que mais jovens mobiliza em toda a área do PIA<sup>3</sup> (não apenas do Bairro Amarelo, como de todos os 17 bairros que atualmente compõem o PIA). Em segundo lugar porque este espaço implementa um tipo intervenção social típica do modelo procedimental das políticas públicas territorializadas que descrevemos anteriormente, mostrando ser um excelente analisador da tensão existente entre os sentidos públicos impostos de cima (nomeadamente os constrangimentos europeus) e a apropriação que é feita pelos beneficiários, assim como a mediação que cabe aos técnicos responsáveis pela aplicação das políticas.

Já numa escala micro procurámos perceber de que forma os habitantes do bairro, nomeadamente os jovens, integravam nos seus percursos e representações sociais o “olhar exterior” tido sobre o espaço pela sociedade envolvente, pelas instituições e os meios de comunicação social, como mobilizavam recursos e definiam as suas estratégias de vida e modelos culturais e, com particular importância, que elementos mobilizavam na construção do seu eu, das suas identidades pessoais e coletivas.

Por fim, nesta terceira escala de análise, dedicámo-nos à compreensão das práticas e estratégias encetadas pelos atores sociais, no contexto desses “pedaços” do PIA. As práticas a analisar não foram escolhidas antecipadamente, mas sim com o decorrer da pesquisa, a partir das análises prévias que íamos fazendo aos primeiros dados recolhidos. Escolhemos para uma análise mais detalhada as marchas populares; as dinâmicas de utilização do Espaço Jovem e o hip hop devido a serem “experiências suficientemente significativas, criadoras de fronteiras simbólicas” (Velho, 1981, p. 16 citado em Cordeiro, 2010. p. 118) e por permitirem analisar as relações entre a

“produção” institucional/normativa e a “apropriação” dos jovens de cada uma destas práticas.

A metodologia utilizada para o estudo destas duas escalas (meso e micro) foi a etnografia reflexiva (Burawoy, 1998), na análise ao Bairro Amarelo e seus atores sociais concretos, tendo sido as principais técnicas utilizadas a Observação Participante e as entrevistas informais e formais, analisadas mediante a análise temática.

## **Resultados**

### Escala macro

A nível da escala macro observámos, relativamente ao questionamento acerca do estatuto da variável “espaço” (se este seria o reflexo das estruturas sociais, isto é, se a morfologia espacial condiciona as características sociais dos indivíduos), que a chave está na articulação, funcionando o espaço como elemento explicativo associado a outras determinantes sociais: “...o espaço é aqui visto como uma determinante social global, que assume o seu significado num modelo complexo no seio do qual intervêm outras determinantes” (Remy e Voyé, 1994, p. 21).

Verificámos que se assiste a uma “construção política do espaço” favorecida pela política da habitação e que favoreceu a construção de grupos homogéneos com base espacial. Bourdieu reflete sobre o “espaço social objectivado”, sendo que “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (2001, p. 161). Estes diferentes espaços sociais fisicamente objectivados tendem a sobrepor-se, observando-se a concentração de bens mais raros e dos seus proprietários em certos lugares do espaço social, que se opõem aos lugares que agrupam os bens menos raros e os mais carentes (subúrbios, pobres, guetos). O Bairro Amarelo, em particular, e o Plano Integrado de Almada, em geral, são um exemplo paradigmático destes efeitos perversos das políticas de habitação.

Em termos da caracterização socioeconómica dos habitantes do Bairro Amarelo, e do PIA de uma forma global, verificámos uma grande disparidade a nível da “condição social objetiva” entre os habitantes desta zona e do concelho de Almada em geral. A população do concelho de Almada, estando inserida numa das regiões mais desenvolvidas do país – região de Lisboa e Vale do Tejo – caracteriza-se por ser uma das populações do país com melhor qualidade e nível de vida. Quando analisámos os

dados relativos à população do PIA deparámo-nos, pelo contrário, com uma população fragilizada a vários níveis. É, com efeito, uma população que se caracteriza por uma série de “marcadores de exclusão”, desde o nível muito baixo de rendimentos médios, à tipologia das profissões desempenhadas (trabalhadores não qualificados na maioria dos casos), aos grandes índices de desemprego e à precariedade laboral. Ao nível da escolaridade apresenta-se muito abaixo da média concelhia e caracteriza-se por elevadas taxas de abandono precoce e insucesso escolar. Relativamente às problemáticas sociofamiliares deparámo-nos com elevado índice de gravidezes precoces, níveis elevados de violência doméstica e negligência parental (havendo uma elevada taxa de jovens retirados às famílias na zona), insuficiência das condições de habitação, delinquência juvenil e elevados índices de criminalidade registados entre a população.

Observamos ainda que estas oposições sociais cristalizadas em espaços físicos reproduzem-se nas representações sociais e na linguagem dos atores sociais, sob a forma de oposições que constituem um princípio de classificação, princípio este definido pelas classes que têm o poder de o fazer e que condicionam, de facto, as próprias categorias de perceção e apreciação das classes desfavorecidas – neste caso, os habitantes do Bairro Amarelo. Assim, podemos afirmar que no bairro as *dinâmicas privadas* são, com efeito e em grande medida influenciadas pelas *dinâmicas públicas* construídas no plano socio-histórico.

Concluimos que as instituições sociais no bairro desempenham um papel importante (e, indiretamente, as diretrizes nacionais ou mesmo europeias que determinam a ação dessas instituições) no mesmo. Devemos realçar aqui, no entanto, que esta influência não se dá de forma unidirecional, já que os habitantes do bairro, mesmo os mais novos, não recebem acriticamente as ações e projetos que são implantados no bairro, fazendo dele um uso muito variado e em alguns casos, inclusive, deturpando aquilo que seria a intenção de tais ações para o desenvolvimento de projetos pessoais ou coletivos muito diferentes da intenção original das políticas ali desenvolvidas.

Uma conclusão importante deste estudo foi a constatação de que as dinâmicas privadas e públicas não se fazem a nível do bairro, mas sim do conjunto de 17 bairros que atualmente constituem a zona “Almada Poente”<sup>4</sup>. Assim, sentimos a necessidade de adaptar o estudo, analisando e estudando sempre que possível a zona de Almada Poente, porque percebemos que seria muito pouco profícuo tentar compreender as

dinâmicas (tanto públicas como privadas) do Bairro Amarelo, sem o enquadrar no tecido socio urbanístico que o envolve.

### Escala meso

Na análise meso verificámos que o Bairro Amarelo – e toda a sua zona envolvente – têm uma “identidade designada” pelas instituições oficiais, comunicação social e população das zonas circundantes. Essa identidade assenta numa ideia de homogeneidade social (classe operária) e de população problemática (que concentra múltiplos problemas sociais). O bairro é, portanto, visto como uma “área natural”, se retomarmos a designação utilizada pelos autores da Escola de Chicago. No nosso estudo de caso verificámos, de facto, que as totalizações institucionais vão no sentido da definição das categorias de “bairro crítico” e “jovens problemáticos”/ “jovens delinquentes” ou “jovens em risco”. Estas totalizações institucionais abrangem “qualquer instituição capaz de codificar práticas, de produzir modelos de referências identitárias e de gerenciar a sua eficácia junto de populações alvo ou em torno de determinadas dimensões da identidade” (Balsa, 2014, p. 26). Assim, no bairro estudado podemos identificar que temos uma multiplicidade de associações e instituições que trabalham no dito espaço problemático (entre as quais a Santa Casa da Misericórdia de Almada). Os indivíduos e as comunidades apropriam-se destes marcadores identitários produzidos oficialmente e têm que, a partir deles ou não, definir os seus próprios sentidos, as suas “totalizações existenciais”. Foram estas diferentes apropriações subjetivas dos indivíduos (jovens, neste caso) que procurámos demonstrar nos resultados da “escala micro”, que se segue.

Contudo, a nossa pesquisa de terreno mostrou-nos desde cedo que a esta imagem homogeneizante do exterior não corresponde uma homogeneidade interna. Verificámos que no bairro há heterogeneidade social a vários níveis: diferentes trajetórias sociais, diferentes origens, substituição de grupos dominantes, relações sociais de dominação. Existem situações assimétricas (de recursos e poderes), oposições a vários níveis, diversidade de modos de vida, de estratégias e, conseqüentemente, diversos processos de construção identitária. Há, portanto, heterogeneidade e não homogeneidade.

Por outro lado, o bairro tem sido constantemente representado como uma entidade estática e fechada sobre si mesma, quando na realidade coexistem duas dinâmicas no mesmo – de abertura e de fechamento. Assim, se por um lado o bairro reflete mudanças

sociais mais vastas: alterações na conjuntura social, política e económica, dos movimentos culturais, etc., não sendo, portanto, uma entidade estática e imutável, alheia ao mundo exterior, por outro a zona do PIA é, em certos aspetos, fechada sobre si mesma, o que é facilitado pela morfologia do espaço, redes e hierarquias sociais aí existentes, atividades que aí se exercem, carácter *sui generis* de formas culturais que a caracterizam e pela vida quotidiana coletiva do bairro.

Podemos dizer que neste espaço existem, como afirma Firmino da Costa, dinâmicas societárias mas também dinâmicas comunitárias. É, portanto, impossível defender que “sociedade” e “comunidade” sejam realidades opostas e fechadas/essencialistas: pode-se é falar de “lógicas distintas” de influência dos espaços e modos de vida e relações sociais.

Pudemos ainda verificar que existem dois grandes tipos de mediação que ocorrem no bairro. A primeira, protagonizada pelas instituições locais e que procura orientar os jovens para a normatividade socialmente desejada e uma segunda, representada pelos grupos de pares, nomeadamente das *crews* de rappers, que procura a orientação dos jovens para percursos e estratégias de vida baseadas na utilização de recursos endógenos e em muitos casos inseridos numa cultura de contra normatividade.

### Escala micro

Pudemos desde logo verificar que esta não é uma população apática, mas sim que se observa, particularmente entre os jovens, uma forte participação cultural, que inventam uma cultura e linguagem populares modernas, nomeadamente no caso dos *rappers* do bairro.

Confirmámos que se tínhamos, por um lado, situações e biografias mais ou menos estáveis e lineares em termos dos modos de vida e estratégias escolhidas, apareciam, na grande maioria dos casos, trajetórias e biografias híbridas. Com efeito, a maioria dos jovens do Bairro Amarelo não se insere em percursos, modos de vida e identidades simples e definidas de uma vez por todas, mas desenvolve, pelo contrário, percursos complexos, estratégias, identidades e modos de vida que recorrem a “mundos sociais” diferentes.

Deste modo podemos dizer que temos dois grandes grupos de jovens, no que concerne à heterogeneidade de representações sociais (de si e dos outros), de recursos mobilizados, estratégias definidas e construção identitária<sup>5</sup>.

O primeiro grupo de jovens corresponde a uma institucionalização dos modos de vida juvenis e congrega dois subgrupos: os jovens “utentes” do projeto social que observámos (Geração Cool) e os marchantes do Centro Comunitário PIA II.

Este grupo de jovens desenvolve, de facto, as suas sociabilidades, estilos de vida e identidades nas imediações da atividade encetada pelas instituições representantes das Políticas Públicas, desenvolvida nos "bairros críticos" (nomeadamente através do Programa Escolhas e da Santa Casa da Misericórdia de Almada), girando a sua vida em torno das propostas de atividades destas instituições. Por esta razão os enquadrámos sob o “chapéu” de uma construção identitária feita através da mediação orientada para a institucionalização.

Estes jovens, orientados em grande parte nesse desígnio pelas instituições sociais, procuram, no fundo, *corrigir a hétero-imagem negativa* (Gros, 1994) parcialmente aceite, desviando o estigma para outros agentes endógenos, de modo a assimilar-se, pessoalmente, a um estatuto socialmente valorizado. Esta estratégia é seguida pelos indivíduos que não conseguem superar o estigma de que são alvo, que sofrem com a discriminação a que são sujeitos e que tomam, então, como sua, a solução de desviar esses atributos negativos para outros moradores, distinguir-se deles e ganhar, com isso, legitimidade social. A forma destes indivíduos o fazerem é dissociando-se dos jovens do bairro com práticas contra normativas, associando-se aos jovens “bons” e às boas práticas, dando bons exemplos, a saber, com as atividades que fazem no Espaço Jovem; com os CD's de *hip hop* que transmitem uma “boa mensagem”; com os bons exemplos que transmitem no teatro; com as festas e ações de solidariedade que fazem em prol da comunidade e, por fim, representando o bairro - o “lado bom do bairro”, como afirmam - numa prática tão valorizada socialmente e tão tipicamente portuguesa como são as marchas populares.

Importa ainda referir a emergência (ou melhor, a criação pelas instituições, particularmente pela Santa Casa da Misericórdia de Almada), entre os Jovens do Geração Cool, de “líderes comunitários” (Agier, 2001), os denominados profissionais da identidade que procuram trabalhar a identidade das comunidades, recuperando tradições e valores da mesma. Estes mediadores fazem uma ponte entre diferentes escalas, neste caso entre as políticas públicas definidas pelo Estado Central e as comunidades consideradas desviantes. São instituições de “tradução” das regras sociais para as comunidades desfavorecidas e consideradas centralmente como prioridades da ação pública. Para que estes mediadores tenham sucesso junto da comunidade e

alcancem os objetivos definidos centralmente, devem ser indivíduos respeitados e integrados na comunidade, sob pena de não serem reconhecidos pela mesma. Como verificámos ao longo dos meses de observação no bairro e no projeto referido em particular, a importância destes jovens mediadores “recrutados” na comunidade é essencial para o sucesso do projeto da instituição. Estes mediadores têm a função essencial, segundo Agier (idem), de “criação cultural”, criação esta pautada por tensões entre os imaginários locais e os discursos e valores globais da sociedade, que só podem ser ultrapassadas e fundidas por atores com forte implantação, conhecimento e reconhecimento das comunidades. Assim, a instituição social e o Espaço Jovem particularmente, representa para os jovens não só um espaço de oportunidades (de desenvolver atividades gratuitamente, de fazer parte de um coletivo), mas também um espaço de socialização, de regras sociais.

É neste sentido que projetos como o Geração Cool aparecem como espaços “de conforto”, contrariamente aos espaços tradicionais como a escola, nos quais não se sentem integrados e onde os seus recursos, estilos de vida e até a sua categorização étnica não são valorizados. Skelton e Valentine (1998) caracterizam estes espaços como “cool places”: são regulados, mas flexíveis (os jovens são coprodutores da ação); conferem estatuto e reconhecimento aos jovens, são reguladores do seu dia-a-dia (seus tempos e laços sociais) tornando-se, por isso, espaços de conforto, rotinas e segurança.

Podemos, ainda, designá-los como “espaços de enunciação” (Ball; Maguire; McCrae, 2000, p. 149, citado em Silva, 2010, p. 81), onde os jovens reconstróem a sua identidade e as suas afiliações, filtrando os elementos que os tornam vulneráveis e ganhando reconhecimento e dignidade.

Apesar desta característica de “espaço de conforto” que seduz os jovens pelas suas características diferentes das instituições formais, verificámos que este espaço reproduz muitas das suas regras: assiduidade/pontualidade, níveis de participação e empenho, necessidade de formalidade em certas ocasiões, etc. Com efeito, pudemos verificar, por variadas vezes, como o espaço que supostamente (no discurso dos monitores) é feito pelos e para os jovens, é constrangedor para os mesmos em muitas circunstâncias. Ao reproduzir a normatividade das instituições formais que geralmente excluem os jovens, estes espaços acabam por muitas vezes fazer o mesmo, “excluindo aqueles que foram criados para incluir”. Daí que possamos falar numa “mediação orientada para a institucionalização”.

Já os *rappers* estudados apresentam um projeto de construção identitária e desenvolvimento de estratégias e recursos que é endógeno, não dinamizado por nenhuma entidade externa. Dentro deste grupo destacámos também a sua heterogeneidade e nomeadamente um subgrupo (que designámos de *gangsta rappers*) que se configura grandemente em torno de práticas contra normativas.

Assim, pelo contrário, este grupo desenvolve os seus estilos de vida em torno de grupos informais “alternativos”: dos “jovens do *hip-hop underground*” que se desenvolvem como indivíduos e constroem as suas identidades dentro desta cultura juvenil urbana, afetando os seus tempos e recursos a esta atividade que se torna, para eles, a parte central das suas existências. Como vimos temos dentro deste, o subgrupo de jovens que vive “à margem”, isto é, numa cultura de contra normatividade, praticando atividades e desenvolvendo a sua identidade e estilo de vida “contra o sistema” e propondo (aliás, tal como muitos dos jovens do *hip-hop underground*), uma forma de vida alternativa e um novo modelo de sociedade, pondo em prática uma *estratégia de “inversão simbólica”* (Gros, 1994) dos atributos valorizados.

Podemos, com efeito, afirmar que os movimentos juvenis da atualidade são cada vez mais de expressão cultural (e não política, por exemplo). E ainda que o seu sentimento de pertença tenha cada vez mais a ver com movimentos do âmbito criativo, cultural e intimista, os jovens manifestam a necessidade de reinventar as quadraturas, os sistemas já estabelecidos e que lhes são impostos. Um exemplo disso é a sua relação com as ruas da cidade. Desde os skaters, aos tunnings, aos rappers, todos estes grupos sociais dão novos usos às ruas das cidades, reinventando-as e transformando-as, de alguma forma, noutra coisa. Nesse movimento bottom-up estão, de alguma forma, a ganhar e a mostrar o seu “poder”, contrariamente ao resto das suas vidas e atividades em que são sempre sujeitos ao já estabelecido e que lhes é imposto. E essas novas utilizações dos espaços urbanos, essas novas formas de conceber e viver o mundo tomam muitas vezes um carácter translocal e global, criando-se comunidades translocais, extremamente importantes em termos da configuração das identidades e práticas juvenis. A resistência cultural para Stephen Duncombe (2002) é um espaço livre para desenvolver ideais próprios (diferentes da cultura dominante) e colocá-los em prática, construindo-se desta forma comunidade e solidariedade. Pode constituir um degrau para o associativismo político e pode mesmo constituir resistência política em si – atos de resistência. Pode, contrariamente, ser uma forma de escape da política, em que se canaliza o

descontentamento para a atividade cultural e não para a resistência política. É neste último sentido que enquadrámos os rappers do PIA, de facto.

Como é que a cultura hip-hop expressa a sua visão política? De várias formas, com efeito. Pelo seu conteúdo explícito (as letras do hip-hop); pela sua forma (através de uma linguagem informal e ritmada); pela forma como a cultura é interpretada (a forma como as pessoas se vestem como as jeans largas e descaídas, por exemplo); pela sua atividade: a forma como a cultura é produzida (ex.: as festas ilegais ou semilegais dos rappers).

Pais (2000) fala, assim, das “culturas performativas” que resultam em “ilhas de dissidência”, das quais o hip-hop é um exemplo claro. Nestas, o autor afirma que se dá, na modernidade, a inversão do seguinte esquema: estruturas sociais/agentes de socialização → culturas juvenis → expressividades/performances quotidianas. Temos, portanto, uma cultura que nasce da rua, pelas performances quotidianas e estrutura as culturas juvenis dos jovens hip-hoppers. Esta forma de estar e ser passa assim a configurar-se como um novo agente de socialização nos “bairros problemáticos”. De realçar esse alcance mais geral porque, com efeito, esta cultura não é uma característica apenas da zona do PIA, mas sim uma cultura com influências variadas – nascida nos EUA e globalizada pelo mundo e em que, no caso português, se entrelaça com a “africanidade”.

A cultura hip-hop é, assim, uma cultura formada em “rede” (Agier, 1996), já que é determinada largamente pelas relações estabelecidas entre jovens de vários bairros da zona, numa primeira instância, chegando inclusivamente a relações com jovens de vários países. Podemos, de facto, falar em “circuito do hip-hop”, com base no conceito de “circuito” de Magnani (2003), que dá conta de uma movimentação entre espaços (pedaços ou manchas), que configuram uma escolha deliberada, em função de estilos de vida, atividades ou sociabilidades que se querem manter. Com efeito, pudemos verificar pela observação participante efetuada junto dos rappers da zona, como a sua rede de sociabilidades e de intercâmbio cultural não se limita às fronteiras do bairro nem do PIA. Esses circuitos têm vários níveis. Num nível mais imediato a movimentação é feita entre os vários bairros do PIA, num segundo nível entre bairros da Margem Sul do Tejo e num terceiro nível entre bairros da Área Metropolitana de Lisboa. Embora com menor relevância, existem também interações entre os jovens rappers do PIA com rappers de bairros de todo o país e, em alguns casos, inclusivamente com rappers de outras zonas da Europa.

## Conclusões

Como o próprio título do artigo (e da tese) indica - A construção social de um subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas privadas, entre a *produção* e a *apropriação* - neste estudo procurámos tratar os “subúrbios problemáticos” como analisadores de modos de construção de problemas sociais e de modos de produzir e gerir recursos individuais e coletivos, na perspetiva da definição de políticas públicas e de intervenção. Tomámos como unidade de análise um bairro social da AML – Bairro Amarelo, em Almada. O objetivo do nosso questionamento era o de distinguir os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta produção e os modos de apropriação do bairro pelos habitantes.

Segundo Dubet e Lapeyronnie (1992), os subúrbios não são verdadeiras comunidades, já que envolvem entidades, trajetórias e grupos diferentes. O principal elemento de unidade comunitária é a segregação e racismo que, vindos do exterior, geram um sentimento comum de pertença.

Este era, assim, um primeiro questionamento ao qual queríamos dar resposta: “é, esta, uma comunidade produzida pela negativa? Pela exclusão do modelo dominante? Trata-se de uma cultura marginal, não racial, étnica ou comunitária, mas com base na exclusão social?” O nosso estudo leva-nos a concluir que seria redutor, para a melhor compreensão deste fenómeno, responder apenas a estas questões, sendo necessário aprofundar a pesquisa e a procura de respostas. De facto, para além desta exclusão social observa-se uma forte participação cultural entre os jovens, inventando uma linguagem e cultura popular moderna.

Verificámos, de facto, que o nosso terreno de estudo, dentro da sua complexidade, compreendia mais do que sujeitos passivos e resignados à sua posição de excluídos sociais e populações marginalizadas. Pareceu-nos, desde cedo na pesquisa de terreno, que existia entre eles alguma vitalidade, um poder de construção de algo novo, diverso, de uma identidade e de uma estrutura que potenciase a sua autoestima coletiva, particularmente entre os jovens do bairro. A partir dos primeiros contactos começou-se a perceber que existiam grupos de jovens/jovens-adultos com diferentes modos de vida/posturas perante o bairro e opções de vida e dirigiu-se a investigação empírica nesse sentido, de certa forma por “tipos-ideais”. Mas porquê a opção pelos jovens? Não foi uma escolha feita a priori, mas sim pelo que o objeto empírico nos ia revelando

como pertinente. Com efeito, desde cedo se destacou a visibilidade dos jovens no espaço do bairro (são eles que utilizam maioritariamente o espaço e fazem dele o seu “pedaço” (Magnani, 2003), o que levou à opção progressiva de estudar os modos de vida juvenis (ou melhor, a dinâmica entre os sentidos públicos e as dinâmicas privadas junto da população juvenil) porque é nesse grupo que mais se fazem sentir as tensões entre produção do espaço e a sua apropriação. Verificámos que se tínhamos, por um lado, situações e biografias mais ou menos estáveis e lineares em termos dos modos de vida e estratégias escolhidas, apareciam, na grande maioria dos casos, trajetórias e biografias híbridas. Com efeito, a maioria dos jovens do Bairro Amarelo não se insere em percursos, modos de vida e identidades simples e definidas de uma vez por todas, mas desenvolve, pelo contrário, percursos complexos, estratégias, identidades e modos de vida que recorrem a “mundos sociais” diferentes. É dessa diversidade que demos conta, precisamente, na apresentação de resultados – escala micro.

#### **Nota:**

Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

#### **Notas**

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma Tese de Doutoramento em Sociologia Urbana, do Território e Ambiente, com o mesmo título do presente artigo, defendida a 6 de Janeiro de 2017 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Teve o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/43367/2008.

<sup>2</sup> O Projeto Geração Cool é um projeto da Santa Casa da Misericórdia de Almada, patrocinado pelo Programa Escolhas e com sede no Espaço Jovem – Bairro Amarelo (propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Almada).

<sup>3</sup> Plano Integrado de Almada.

<sup>4</sup> É importante clarificar do que falamos quando nos referimos ao PIA e a Almada Poente. O PIA – Plano Integrado de Almada, foi o conjunto de bairros inicialmente construídos pelo Fundo de Fomento da Habitação, em 1976, e que congrega os bairros Amarelo, Rosa e Branco. Atualmente em termos urbanísticos/legislativos não existe esta designação, contudo esta continua a ser utilizada pelos moradores e urbanitas de Almada quando pretendem designar a zona dos “bairros sociais do Monte de Caparica”. Almada Poente designa um novo plano – Plano de Urbanização de Almada Poente, cujos preparativos foram iniciados em 2012 mas que ainda não se encontra concluído. Neste artigo a autora utiliza maioritariamente a designação PIA, visto ser aquela reconhecida pelos atores sociais em estudo e, curiosamente, até mesmo pelas autoridades municipais (visto ser a designação Almada Poente ainda pouco utilizada à época da elaboração do estudo).

<sup>5</sup> Sendo importante referir que não existe uma homogeneidade total dentro dos grupos, como pode ser comprovado na tese de doutoramento da autora, com o mesmo título do presente artigo.

## Referências Bibliográficas

- Agier, M. (2001). Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2), 7-33.
- Agier, M. (1996). Les savoirs urbains de l'anthropologie. *Enquête*, 4, 35-58. Disponível em <https://journals.openedition.org/enquete/683>
- Bajoit, G. (2006). *Tudo Muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas*. Lisboa: CEOS – Investigações Sociológicas, Universidade Nova de Lisboa.
- Balsa, C. (2014). A mediação entre os interesses e os valores, A construção de identidades em contextos multiculturais. In C.G. Chai (org.), *Linguagem, Comportamento e Multiculturalismo* (pp. 15-41). São Luís: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão/Jornal da Justiça/Cultura, Direito e Sociedade.
- Balsa, C. (2006). *Relações sociais de espaço – homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barbio, L. (2016). *A construção social de um subúrbio: sentidos públicos e dinâmicas privadas, entre a produção e a apropriação* (Tese de Doutoramento não publicada). FCSH-UNL, Lisboa.
- P. Bourdieu (coord.). (2001). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Burawoy. (1998). The extended case method. *Sociological Theory*, 16(1), 4–33.
- Canclini, N. G. (1995). *Hybrid cultures: Strategies for entering and leaving modernity*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Cordeiro, G. (2010). As cidades fazem-se por dentro. Desafios da etnografia urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 201/21, 111-121.
- Costa, A.F. da (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, Num. 48, 15-30.
- Costa, A.F. da (1999). *Sociedade de bairro – Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Dubet, F., e Lapeyronnie, D. (1992). *Les quartiers d'exil*. Paris: Édition Le Seuil.

- Duncombe, S. (2002), *Cultural Resistance Reader*, London: Verso.
- Duran, P., e Thoenig, J.C. (2005). L'état et la gestion publique territoriale. *Revue Française de Science Politique*, Vol. 55, nº 1, 580-623.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologia urbana*. Mem Martins: Edições Europa-América.
- Gros, M. C. (1994). Estratégias identitárias num território desqualificado. In AA.VV., *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local: Actas do encontro de Vila do Conde / Associação Portuguesa de Sociologia / 1-3 de Abril de 1993* (pp. 471-493). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Madeira, C. (2010). *Híbrido. Do mito ao paradigma invasor?* Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Magnani, J. G. C. (2003). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.º49, 11-29. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Préteceille, E. (2003). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, nº38, 27-48.
- Remy, J., e Voyé, L. (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, S. M. da (2010). Estratégias juvenis para garantir dignidade e reconhecimento: a experiência de pertencer a uma casa da juventude em Portugal. *Educação em Revista*, Marília, v.11, n.1, 77-92.
- Skelton, T., e Valentine, G. (1998). *Cool places: geographies of youth cultures*. London: Routledge.
- Stébé, J. M. (1999). *La crise des banlieues*. Paris: PUF.